

Maílson não negocia

Jornal de Brasília • 3

a dívida estadual

Publicação

Waldo Cavalcari

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, disse ontem, durante a reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que não pretende negociar sobre o pagamento de 25% referente à dívida dos Estados e Municípios, proposta no Orçamento Geral da União (OGU) para 1989. Deixou claro que a solução para o impasse entre o Governo e os Estados e Municípios virá através do Congresso Nacional, que examinará a proposta de Orçamento até dezembro próximo.

Os governos estaduais propõem que o pagamento de suas dívidas no próximo ano seja limitado a 10% da parcela a vencer. Querem também um prazo de 12 anos para pagar, com cinco de carência no caso das dívidas roladas até agosto deste ano. No orçamento elaborado pelo Ministério da Fazenda e Se-

plan, a União compromete-se com a rolagem de 75% das dívidas externas dos Estados, exigindo que estes paguem 25%, relativos à dívida vencida e a vencer no próximo ano.

Amanhã, os governadores estaduais têm uma reunião marcada com o deputado Ulysses Guimarães para discutir a questão. Segundo o secretário de Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho, outras propostas deverão ser debatidas, além da rolagem das dívidas. Dentre elas estão a luta por uma maior autonomia dos Estados em relação às operações de empréstimo externo. Os Estados questionam o monopólio exercido pela União em relação à autorização de empréstimos externos e ao fechamento de câmbio para o recebimento dos recursos dos credores.

Estado pode ir à moratória

Os estados poderão ser forçados a pedir moratória de suas dívidas com a União se o Governo Federal insistir em cobrar, no ano que vem, 25% dos débitos acumulados através da rolagem das dívidas estaduais e municipais com recursos da União, disse ontem ao ministro Maílson da Nóbrega o secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado de Campos Filho.

Maílson e Machado tiveram uma dura discussão durante a reunião mensal do Conselho de Política Fazendária (Confaz), presidido por Maílson e integrado por todos os secretários de Fazenda dos Estados, ontem em Brasília.

Machado cobrou de Maílson a extensão aos Estados dos benefícios que a União teve com a renegociação da dívida externa. Mas, ao mesmo tempo, duvidou que tivesse havido algum benefício, levantando a suspeita de que os acordos negociados por Maílson foram melhores para os credores do que para o País.

Acusações

Machado chegou a lembrar a frase de Tancredo Neves — “a dívida externa não será paga com a fome e a miséria do povo” — para dizer que a exigência do Governo Fe-

deral impossibilitará os investimentos estaduais em serviços básicos como Habitação, Saúde e Educação. Maílson reagiu com indignação às acusações do secretário paulista. “Não aceito a acusação de que a dívida foi negociada em detrimento dos interesses do País”, respondeu o ministro.

“Em nenhum momento o Governo informou à opinião pública que esta negociação resolveria o problema da dívida externa. Sempre dissemos que ela era um passo para tirar o País da posição esdrúxula a que foi submetido e que não cabe discutir agora”, disse ainda Maílson, sem aceitar as tentativas de explicação de Machado.

Outros secretários intervieram para baixar a temperatura do debate, mas o secretário paulista deixou a reunião ainda inconformado com o que chamou de “intransigência” do Governo Federal. “Se daqui por diante o Congresso tiver que resolver todas as questões financeiras entre os Estados e União, sem qualquer entendimento entre as partes, poderemos levar ao Congresso outras questões que afetam a autonomia dos Estados”, disse Machado ao deixar o Ministério da Fazenda.